

Diário do Legislativo de 25/11/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 77ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 77ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/11/2008

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Getúlio Neiva; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008; requerimento do Deputado Elmiro Nascimento; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008; aprovação com a Emenda nº 1 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008; requerimento do Deputado Elmiro Nascimento; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2007; encerramento da discussão; inexistência de quórum especial para votação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.716/2007; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.451/2008; encerramento da discussão; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; apresentação do Substitutivo nº 1; encerramento da discussão; encaminhamento do substitutivo com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008; apresentação da Emenda nº 6; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Administração Pública - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.394/2008; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Roberto Carvalho - Dinis Pinheiro - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Doutor Rinaldo - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Hely

Tarquínio - Inácio Franco - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Vanderlei Jangrossi - Wander Borges - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Resolução nº 2.748/2008 e os Projetos de Lei nºs 1.985, 2.432, 2.474, 2.573, 2.576 e 2.614/2008, apreciados na extraordinária realizada ontem à noite, e o Projeto de Lei nº 2.164/2008, que recebeu emendas na referida reunião e foi devolvido à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Getúlio Neiva solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 637/2007 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Elmiro Nascimento solicitando o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.750/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 2.750/2008 com a Emenda nº 1. À Mesa da Assembléia.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Elmiro Nascimento solicitando o adiamento da votação do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.616/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2007, da Deputada Cecília Ferramenta, que acrescenta o inciso IV ao art. 5º da Lei Complementar nº 90, de 2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de projeto de lei complementar, mas que há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.716/2007, da Deputada Gláucia Brandão, que dispõe sobre a prática de educação física nas escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

ACORDO DE LÍDERES

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais:

A maioria dos Líderes que este subscrevem acordam que seja apresentado substitutivo da Deputada Gláucia Brandão ao Projeto de Lei nº 1.716/2007, em 2º turno.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2008.

Luiz Humberto Carneiro, Líder do BSD - Agostinho Patrús Filho, Líder do BPS - Almir Paraca, Líder do PT - Jayro Lessa, Líder do DEM - Dimas Fabiano, Líder do PP - Paulo Guedes, Líder da Minoria.

SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 1.716/2007

Dispõe sobre a prática de educação física nas escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – A educação física é componente curricular obrigatório de todas as séries ou anos dos ciclos dos níveis fundamental e médio de ensino das escolas públicas e privadas integrantes do Sistema Estadual de Educação.

Parágrafo único – Como atividade extracurricular, a educação física abrange práticas socioeducativas diversas desenvolvidas no âmbito do desporto educacional e visa a contribuir para a formação integral do aluno.

Art. 2º – A educação física será ofertada obrigatoriamente no turno em que o aluno esteja matriculado, sendo admitida sua frequência no contraturno, desde que lhe seja assegurada vaga pelo estabelecimento de ensino.

Art. 3º – São reservados ao detentor de diploma de curso superior de graduação em educação física, na modalidade de licenciatura plena, o exercício da docência e a orientação prática do componente curricular de que trata esta lei, observada a legislação federal pertinente, em especial, o disposto no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Parágrafo único – O docente habilitado em educação física, na modalidade de licenciatura plena, poderá integrar as equipes responsáveis pela realização das atividades extracurriculares de que trata o parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º – Nas localidades em que há falta comprovada de professor habilitado nos termos do "caput" do art. 3º, os órgãos competentes do Sistema Estadual de Educação, na organização do quadro de pessoal e designação para o exercício de função pública na rede estadual de ensino, fixarão critérios alternativos para preenchimento das vagas, em consonância com as diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 5º – Fica revogada a Lei nº 15.030, de 20 de janeiro de 2004.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2008.

Gláucia Brandão

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo da Deputada Gláucia Brandão, que recebeu o nº 1, apoiado pela maioria dos membros do Colégio de Líderes, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será votado independentemente de parecer. Em votação, o Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.716/2007 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.451/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Teófilo Ottoni o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. A Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento Interno, designa relator da matéria o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Com a palavra, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, para emitir seu parecer.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

Parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 699/2007

De autoria do Deputado Sargento Rodrigues, a proposição em tela recebeu parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua constitucionalidade.

A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir seu parecer.

Designado relator em Plenário, este Deputado opina pela sua aprovação, na forma apresentada.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2008.

Dalmo Ribeiro Silva

O Sr. Presidente - Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição das Alagoas o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Conceição das Alagoas 50% (cinquenta por cento) do imóvel constituído por terreno com área de 3.080,00 m² (três mil e oitenta metros quadrados), situado nessa cidade, à Rua Quintino Bocaiúva, esquina com a Rua Aimorés, confrontando pela frente, numa extensão de 77m (setenta e sete metros), com a Rua Aimorés, com as Ruas Manoel Gonçalves dos Santos e Adelino de Oliveira, e com terrenos da municipalidade registrado sob o nº 4.165, no livro 3-G de Transcrições das Transmissões, no dia 18 de novembro de 1968, pág. 38vº a 39vº, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Conceição das Alagoas.

§ 1º - A parcela de 50% (cinquenta por cento) do imóvel descrito no "caput" deste artigo, a ser doada ao Município de Conceição das Alagoas, destina-se à edificação de uma Unidade Integrada de Desenvolvimento Social, com o objetivo de promover a oferta de serviços de assistência social, educação, saúde, alimentação, cultura, esporte e lazer às pessoas de baixa renda, coordenado e adaptado às demandas sociais do Município.

§ 2º - A parcela residual de 50% (cinquenta por cento) do imóvel descrito no "caput" deste artigo será afetada à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais para desenvolvimento de suas atividades administrativas e operacionais no Município de Conceição das Alagoas.

Art. 2º - A parcela de imóvel doada de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de novembro de 2008.

Sargento Rodrigues

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do Deputado Sargento Rodrigues, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.177/2008, do Governador do Estado, que dispõe sobre a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública e com as Emendas nºs 3 a 5, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

EMENDA Nº 6 AO PROJETO DE LEI Nº 2.177/2008

Acrescente-se ao art. 8º do Capítulo III, o seguinte inciso IV:

"CAPÍTULO III

(...)

Art. 8º - (...)

(...)

IV - Programas de ações de combate ao racismo."

Acrescente-se onde convier o seguinte Capítulo:

"CAPÍTULO

DO FUNDO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

Art. 1º - Fica criado o Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial para a implementação de políticas públicas que tenham como promover a igualdade de oportunidades e a inclusão social dos afro-brasileiros no Estado de Minas Gerais, especialmente nas seguintes áreas:

Art. ... - O Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial, vinculado ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, será constituído por:

I - Dotação consignada anualmente no orçamento do Estado, para atividades vinculadas ao Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial;

II - Transferência de recursos financeiros oriundos dos tesouros federal e estadual;

III - Doações, auxílios, contribuições e legados, transferência de entidades nacionais, internacionais, governamentais e não-governamentais que lhe venham a ser destinados;

IV - Recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Estado e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

V - Produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis, respeitada a legislação em vigor;

VI - Outros recursos que por ventura lhe forem destinados.

Sala das Reuniões, 19 de novembro de 2008.

Luiz Tadeu Leite

Justificação: O reconhecimento de que a pobreza atinge preferencialmente a parcela negra da população, como decorrência, entre outros fatores, do racismo estrutural da sociedade brasileira, aponta para a necessidade de que o Estado incorpore nas políticas públicas direcionadas à população de baixa renda, a perspectiva de que há diferenças de oportunidades entre essas pessoas, com prejuízo para homens e mulheres negras.

O Governador do Estado, ao encaminhar a esta Casa Legislativa a Mensagem nº 178/2008, que encaminha o Projeto de Lei nº 2.177/2008, que se pretende emendar, reconhece essa assertiva ao mencionar que "(...) como sabido, o Estado brasileiro caracteriza-se pela diversidade étnica, cultural, social e econômica, em função de que, ao longo de nossa História, registram-se violações aos direitos fundamentais do cidadão. Nesse contexto, propõe-se agora a criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, para implemento de políticas públicas de combate à referida discriminação." A proposta do Executivo Estadual é, como se vê, criar um conselho que viabilize a implantação de políticas públicas objetivando a eliminação das desigualdades e garantindo representatividade a minorias discriminadas.

Parabenizamos o Executivo pela iniciativa de propor a criação do conselho mencionado. Há, no entanto, uma pergunta: sem verba, como ele irá funcionar de fato? De nada adianta sua criação e implantação se ele não tem como exercer as funções e responsabilidades que lhe são atribuídas. É preciso que se crie o Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial, para dar-lhe as condições de trabalhar, exercer as suas funções que, por si só, são nobres e dignas de louvor.

Ressaltamos que há no Estado de Minas Gerais sete Conselhos Municipais de Promoção da Igualdade Racial (nas cidades de Tupaciguara, Nova Era, Lagoa da Prata, Manhuaçu, Santos Dumont, Barbacena e Ponte Nova) que, para que houvesse pleno funcionamento, foram criados com um fundo, que lhes tem dado sustentação financeira para cumprirem suas finalidades legais. E não pode ser diferente no restante do Estado já que se pretende, se não, acabar, pelo menos minimizar os efeitos danosos da desigualdade racial em seu território.

Portanto, nobres colegas, criar o Conselho e não lhe destinar verba para seu pleno funcionamento é dar com uma mão e tirar com a outra, ou seja, existirá, mas não funcionará. É por isso que conto com apoio e aprovação desta emenda.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto uma emenda do Deputado Luiz Tadeu Leite, que recebeu o nº 6, e que, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Administração Pública, para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.394/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.699, de 6/8/2003, que dispõe sobre formas de extinção e garantias do crédito tributário, altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, a Lei nº 13.470, de 17/1/2000, a Lei nº 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, até gostaria de fazer uma discussão sobre esse projeto que penso ser importante, mas V. Exa. pode verificar, de plano, que não há quórum para discussão. Então, solicito a V. Exa. o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/11/2008

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Célio Moreira e Fábio Avelar (substituindo este ao Deputado Délio Malheiros, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Antônio Carlos Arantes e Domingos Sávio. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscreta pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a recente decisão da Cemig de cancelar os contratos de cobrança de outros valores na conta de energia elétrica, e comunica o recebimento do ofício do Sr. Isaac Di Kaltma, Vereador da Câmara Municipal de Vazante, solicitando seja apresentada proposição de lei que disponha sobre a proibição da cobrança da taxa de religação quando efetivado o corte de energia elétrica ou dos serviços de abastecimento de água por inadimplência do consumidor. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.725/2008, no 1º turno (Deputado Célio Moreira) e 2.594/2008, no 1º turno (Deputado Carlos Pimenta). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Márcio Baumgratz, Superintendente de Relacionamento Comercial, representando o Presidente da Cemig, Sr. Djalma Bastos de Moraes; Sergio Freesz, Gerente de Faturamento da Cemig; José Antônio Baeta de Melo Caçado, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor; Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon da Assembléia Legislativa; Edson Nunes de Oliveira, Superintendente-Geral da Associação de Promoção Humana Divina Providência; Eduardo de Souza Maia, Analista do Ministério Público; José Marcos Soares de Souza; Presidente da Associação das Entidades do 3º Setor - Aetes-MG, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Deputado Célio Moreira tece as considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, do Projeto de Lei nº 2.758/2008 (relator: Deputado Célio Moreira); Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Transporte,

Comunicação e Obras Públicas, para debater, em audiência pública, a implementação de novos postos de pedágio nas estradas de Minas Gerais; Antônio Júlio (9) em que solicita sejam enviados aos Secretários de Fazenda; de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Secretário de Comércio Exterior do Ministério da Indústria e Comércio Exterior; ao Ministro de Agricultura e Abastecimento; ao Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e ao Procurador-Geral de Justiça pedido de informações sobre as providências tomadas em relação às conclusões do relatório final da CPI desta Casa que apurou, entre 2001 e 2002, os mecanismos de formação do preço do leite no comércio e indústria no Estado; seja enviado ao Presidente da Associação Mineira de Municípios pedido de informação quanto à existência de política de incentivo a aquisição de leite "in natura" pelas prefeituras do Estado; e seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial para debater, em audiência pública, as possíveis soluções para a crise que atinge os produtores de leite do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Délio Malheiros, Presidente - Antônio Júlio - Carlos Pimenta.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/11/2008

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Weliton Prado, Ronaldo Magalhães e Wander Borges membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Weliton Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, no 1º turno, que recebeu as emendas nºs 2 a 22 em Plenário, para o qual designou o Deputado Wander Borges relator da matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.032, 3.038, 3.039, 3.040 e 3.041/2008. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro, em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de obter informações sobre as inundações que colocam em risco famílias no Bairro Jardim das Oliveiras e região, no Município de Ibitiré; Weliton Prado, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o déficit de leitos hospitalares credenciados pelo SUS, especialmente em unidades de terapia intensiva na Macrorregião Triângulo do Norte; e Carlin Moura, em que solicita seja realizada audiência pública para debater os critérios de apuração do VAF, previstos no Decreto nº 44.442, de 25/1/2007. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, amanhã, às 14h30min, com a finalidade de apreciar o parecer para o 1º turno sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 28/2007, do Governador do Estado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Weliton Prado, Presidente - Ronaldo Magalhães - Wander Borges.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/11/2008

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Elmiro Nascimento, André Quintão, Chico Uejo, Inácio Franco, Ivair Nogueira e Lafayette de Andrada (substituindo este ao Deputado Ademir Lucas, por indicação da Liderança do BSD), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Fábio Avelar. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Elmiro Nascimento, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Inácio Franco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.177/2008, no 1º turno (Deputado Ademir Lucas), e 2.827/2008, no 1º turno (Deputado Ivair Nogueira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente determina a distribuição de avulsos, solicitada pelo relator, Deputado Chico Uejo, do parecer sobre as emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.164/2008, em 1º turno, o qual conclui pela aprovação das Emendas nºs 3 e 5, esta apresentada por esta Comissão, e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 4. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.794/2008 (relator: Deputado Chico Uejo) na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, hoje, dia 20, às 16h15min, a fim de apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.164/2008, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2008.

Elmiro Nascimento, Presidente - Fábio Avelar - Chico Uejo - André Quintão - Lafayette de Andrada - Ademir Lucas - Ivair Nogueira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 103ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 25/11/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação do Sr. Paulo José de Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda que acrescenta dispositivo ao art. 26 da Constituição Federal e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda que modifica o art. 198 da Constituição Federal e o § 4º do art. 77 de seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2007, da Deputada Cecília Ferramenta, que acrescenta o inciso IV ao art. 5º da Lei Complementar nº 90, de 2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.888/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro -, de que trata a Lei nº 15.910, de 21/12/2005. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Meio Ambiente opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresentou, e pela rejeição dos Substitutivos nºs 1, da Comissão de Justiça, e 2, da Comissão de Meio Ambiente. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Meio Ambiente, que opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, com a Subemenda nº 1 à Emenda nº 1 e as Emendas nºs 2 a 5, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública, que opina pela aprovação das Emendas nºs 3 e 5 e pela rejeição das Emendas nºs 1, 2 e 4.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.615/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Jacinto o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.791/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$925.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 46/2008, do Tribunal de Contas, que altera a redação do "caput" do art. 31 da Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.452/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medina o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2007, do Deputado Durval Ângelo, que declara como patrimônio histórico e cultural do Estado o Caminho da Luz, rota de peregrinação que abrange os Municípios de Tombos, Pedra Dourada, Faria Lemos, Carangola, Caiana, Espera Feliz, Caparaó e Alto Caparaó. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.444/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 2º do Decreto nº 20.597, de 4/6/80. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que acrescenta o inciso IV ao art. 30 da Lei nº

15.424, de 30/12/2004. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.394/2008, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003; 6.763, de 26/12/75; 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio, que dispõe sobre a atividade de despachante documentalista e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.588/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Montes Claros o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.642/2008, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.756/2008, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.832/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado - Profort-SEF -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h30min DO DIA 25/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.814/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.230/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.547 e 2.574; 2.701/2008, do Deputado Lafayette de Andrada; 2.824/2008, do Deputado Paulo Guedes; 2.872 e 2.873/2008, do Deputado Leonardo Moreira; 2.877/2008, do Governador do Estado; 2.878/2008, do Deputado Doutor Rinaldo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.742/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.874 e 2.875/2008, da Deputada Rosângela Reis; 2.879/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.881/2008, do Deputado Ivair Nogueira; 2.886/2008, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 3.044, 3.048, 3.049 e 3.050/2008, da Comissão de Direitos Humanos; e 3.058/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 25/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.232/2008, do Deputado Braulio Braz; 2.653/2008, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 2.886/2008, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 3.011/2008, do Deputado Doutor Viana; 3.035/2008, do Deputado Arlen Santiago; 3.037/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.042/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 horas DO DIA 25/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DAS SERRAS DA CALÇADA E DA MOEDA, A REALIZAR-SE ÀS 15h30min DO DIA 25/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 25/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.177/2008, do Governador do Estado, e 2.827/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 horas DO DIA 26/11/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.761/2008, do Deputado Braulio Braz; e 2.812/2008, do Deputado Padre João.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 25/11/2008, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Paulo José de Araújo para compor o Conselho Estadual de Educação; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 2.749/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; e 2.751/2008, da Mesa da Assembléia, que aprova a apresentação de proposta de emenda à Constituição Federal; dos Projetos de Lei Complementar nºs 33/2007, da Deputada Cecília Ferramenta, que acrescenta o inciso IV ao art. 5º da Lei Complementar nº 90, de 2006; e 46/2008, do Tribunal de Contas, que altera a redação do "caput" do art. 31 da Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008; dos Projetos de Lei nºs 301/2007, do Deputado Carlos Pimenta, que dispõe sobre incentivo à adoção de política de controle ambiental; 637/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios; 1.271/2007, do Deputado Durval Ângelo, que declara como patrimônio histórico e cultural do Estado o Caminho da Luz, rota de peregrinação que abrange os Municípios de Tombos, Pedra Dourada, Faria Lemos, Carangola, Caiana, Espera Feliz, Caparaó e Alto Caparaó; 1.444/2007, do Governador do Estado, que revoga o art. 2º do Decreto nº 20.597, de 4/6/80; 1.888/2007, do Governador do Estado, que dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas - Fhidro -, de que trata a Lei nº 15.910, de 21/12/2005; 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende, que acrescenta o inciso IV ao art. 30 da Lei nº 15.424, de 30/12/2004; 2.164/2008, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.663, de 18/7/2000; 2.394/2008, do Governador do Estado, que altera as Leis nºs 14.699, de 6/8/2003; 6.763, de 26/12/75; 13.470, de 17/1/2000, e 14.062, de 20/11/2001, e dá outras providências; 2.445/2008, do Deputado Domingos Sávio, que dispõe sobre a atividade de despachante documentalista e dá outras providências; 2.452/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Medina o imóvel que especifica; 2.454/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vargem Grande do Rio Pardo o imóvel que especifica; 2.588/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Montes Claros o imóvel que especifica; 2.615/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Jacinto o imóvel que especifica; 2.642/2008, do Tribunal de Justiça, que reajusta os vencimentos dos servidores do Poder Judiciário; 2.756/2008, do Governador do Estado, que autoriza o DER-MG a doar ao Estado o imóvel que especifica; 2.791/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$925.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar; e 2.832/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada à execução do Projeto de Fortalecimento Institucional para Modernização da Gestão Fiscal do Estado - Profort-SEF -, e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de novembro de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Magalhães, Ademir Lucas, Padre João e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a criação de uma entidade reguladora dos serviços de saneamento básico no Estado, conforme previsto na Lei nº 11.445, de 5/1/2007, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2008.

Weliton Prado, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Padre João, Antônio Carlos Arantes, Chico Uejo e Getúlio Neiva, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2008, às 10 horas, no Plenário, com a finalidade de discutir possíveis soluções para a crise que atinge os produtores de leite do Estado devido à redução nos preços pagos por laticínios e cooperativas e ao aumento do preço dos insumos e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2008.

Vanderlei Jangrossi, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Gustavo Valadares e João Leite, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas nos dias 25/11/2008, às 10 e às 15 horas; 26/11/2008, às 10 horas e às 14h30min; e 27/11/2008, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar as Propostas de Ação Legislativas nºs 589 a 1.019/2008 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2008.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de

Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/11/2008, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 2.867/2008, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 327/2007, do Deputado Zé Maia; 2.432/2008, do Deputado Domingos Sávio; 2.456, 2.474, 2.573, 2.575, 2.576, 2.614, 2.616 e 2.832/2008, do Governador do Estado; os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 36/2007, do Deputado Carlin Moura, e 45/2008, dos Deputados Sargento Rodrigues e André Quintão; o parecer sobre o substitutivo apresentado em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 699/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.178/2007, da Deputada Elisa Costa; 2.352 e 2.354/2008, do Deputado Gilberto Abramo; 2.366/2008, do Deputado Fahim Sawan; 2.393 e 2.577/2008, do Governador do Estado; 2.670/2008, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.752 e 2.788/2008, do Governador do Estado, e 2.833/2008, da Procuradoria-Geral de Justiça; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2008.

Zé Maia, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.553/2008

Comissão de Cultura

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Helvécio, o projeto de lei em tela tem como finalidade declarar de utilidade pública a Banda Marcial Machado Alves – Bammalves –, com sede no Município de Passa-Vinte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.553/2008 objetiva declarar de utilidade pública a Banda Marcial Machado Alves, com sede no Município de Passa-Vinte, que possui como finalidade precípua estimular o desenvolvimento de atividades culturais e artísticas, especialmente da arte musical.

Para a consecução desse propósito, mantém uma escola e uma banda marcial para o ensino da música, o que estimula os jovens da comunidade a freqüentarem as aulas, tendo em vista a sua socialização e profissionalização.

Além disso, promove o entretenimento da população local por meio de apresentações em eventos cívicos, artísticos, religiosos, culturais e recreativos no Município e região.

Diante dessas considerações, entendemos que a instituição merece o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.553/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.761/2008

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Bráulio Braz, o projeto de lei em tela visa declarar de utilidade pública a entidade denominada ABMIND - Apoio e Integração a Comunidade Negra, Indígena e Carentes de Muriaé e Regiões, com sede no Município de Muriaé.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art.103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.761/2008 pretende declarar de utilidade pública a entidade Apoio e Integração a Comunidade Negra, Indígena e Carentes de Muriaé e Regiões, que tem como finalidade precípua a melhoria da qualidade de vida dos seus integrantes, conscientizando-os da sua importância na consolidação da cidadania e da democracia.

Para alcançar seus propósitos, busca promover a ascensão social, econômica e cultura da população negra e indígena, proporcionando-lhe acesso à educação e ao mercado de trabalho; recebe, investiga e denuncia, na forma da lei, todas as questões de racismo, sexismo e situação de violência, opressão e exclusão.

Esse trabalho é desenvolvido dentro de um contexto de solidariedade e cooperação, buscando um convívio saudável dos negros, índios,

pessoas carentes e seus familiares com a comunidade local.

Esclareça-se que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem por finalidade retificar o nome da entidade, de acordo com o constante no art. 1º do seu estatuto.

Isso posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.761/2008 em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 24 de novembro de 2008.

Durval Ângelo, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

100ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/11/2008

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, mineiros que nos acompanham de várias cidades do Estado pela TV Assembléia, boa- tarde. Estamos aqui hoje para dar uma boa notícia sobre uma antiga reivindicação da região de Manga, Montalvânia, Januária, Itacarambi, São João das Missões, Miravânia e Juvenília. Na semana passada, o DNIT informou a este Deputado e ao Deputado Federal Virgílio Guimarães que ainda neste mês, provavelmente no dia 25, o Diretor do órgão estará na cidade de Manga para dar a ordem de serviço do asfaltamento da BR-135 no trecho Manga a Montalvânia, uma antiga reivindicação de toda a região. Na BR-135, que liga Minas Gerais ao Rio de Janeiro e a São Luiz do Maranhão, esse trecho que vai de Itacarambi, Manga, Montalvânia até a divisa com a Bahia, na cidade de Cocos, é o único que até então não conta com pavimentação asfáltica.

A região foi penalizada por muitos anos, notadamente quando, no governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, vários trechos de rodovias federais foram estadualizados em Minas Gerais. Com aquela medida provisória, também a BR-135 foi estadualizada, o que nos causou um grande prejuízo, pois ficamos por quase sete anos sem que a rodovia sofresse qualquer reforma; por seis anos, nem sequer passou-se uma máquina naquele trecho.

Ao Deputado Carlos Pimenta, também votado na região - por várias vezes foi Deputado majoritário na minha cidade de Manga, quando eu era Vereador - e que sabe da nossa luta em defesa daquele trecho, repito a boa notícia: o DNIT confirmou que no próximo dia 25 estará em Manga para dar a ordem de serviço desse primeiro trecho, de Manga a Montalvânia.

Mas a luta não pára aí. Há ainda o trecho de Manga a Missões e de Missões a Itacarambi, já garantido no PAC, mas que ainda apresenta pendências na área ambiental. Precisamos, portanto, solicitar aos órgãos de meio ambiente - tanto ao Ibama quanto aos órgãos ambientais mineiros - que agilizem esse processo para que possamos dar início a esse segundo trecho, de Itacarambi a Manga, tão importante quanto o trecho de Manga a Montalvânia. Essa é uma novela de muitos anos, e hoje estamos tendo oportunidade de trazer essa primeira boa notícia.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentar o Deputado Paulo Guedes por seu pronunciamento e, mais do que isso, testemunhar o seu esforço para tirar essa estrada do papel. Aliás, é um esforço de muitas pessoas, mas, particularmente, os Deputados Paulo Guedes, Virgílio Guimarães e Humberto Souto têm-se empenhado ao máximo junto ao DNIT.

Mesmo após esse anúncio do DNIT, como já tinha conversado com V. Exa. na semana passada, vamos realizar uma audiência pública em Manga para tratar desse assunto e falar do outro trecho, de Itacarambi a Manga, cujo asfaltamento está complicado - parece estar emperrado junto ao Tribunal de Contas da União. Não podemos assistir a essa situação, ainda que o asfaltamento do trecho de Manga a Montalvânia seja muito importante, pois aquele pedacinho, que tem sido uma pedra no sapato de muita gente, vai ficar de fora.

Gostaria de cumprimentar V. Exa. e convidá-lo, como já fiz, para estarmos em Manga. Já confirmaram a presença do Diretor-Geral do DER, exatamente para que ele possa pronunciar-se a respeito desse trecho, que era concessão do DER, assim como do Sr. Fernando, do DNIT, para efetivamente vermos o início dessa estrada. Quando o Ministério dos Transportes e o DNIT anunciam alguma obra, não podemos relaxar, cruzar os braços e falar que terminou a nossa missão. Sempre existe um entrave burocrático, seja de meio ambiente, seja de ordem jurídica, enfim, alguma coisa para atrapalhar.

Queremos estar presentes no dia 25 em Manga, mas também não podemos deixar passar a oportunidade de realizar essa audiência pública em que V. Exa., o Virgílio Guimarães, o Humberto Souto e o Fernando Diniz estarão presentes, para mostrarmos que a estrada é um todo. Ao longo de toda a BR-135, é o único trecho desses milhares de quilômetros que liga o Sudeste ao Nordeste brasileiro, no Norte de Minas, que não tem asfalto. Será uma vitória maiúscula. Faremos a nossa audiência pública e cobraremos, juntamente com a população de Montalvânia, Manga, Januária, Itacarambi, Missões, enfim, de toda a região, uma palavra final na novela interminável da BR-135.

De qualquer forma, parabéns pelo esforço e, dia 25, estaremos lá para aplaudir o DNIT e, ao mesmo tempo, continuar a pressão que tem que ser exercida até o último minuto para que possamos asfaltar essa importantíssima BR que corta todo o Norte de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Gostaria também de contar com sua força e apoio para uma outra empreitada muito importante para a região, que é o Processo para Miravânia. Não sei se é do conhecimento de V. Exa., mas o Processo para Miravânia, ao invés de ser Miravânia-Manga, passando pelos Distritos de Panelinha 1, Panelinha 2, Cachoeirinha e Nhandutiba, foi mudado para Miravânia-Cônego Marinho. Um trecho que é o dobro do tamanho, quase 70km, de Miravânia a Manga, um trechinho de 38km. Os problemas de Miravânia se resolvem em Manga, onde há agência do INSS, bancos, fórum, delegacia. Enfim, a ligação histórica de Miravânia, que era um Distrito de Manga, é com Manga.

Fazemos essa reivindicação não porque somos contra a pavimentação de Miravânia a Cônego Marinho. Que bom se o governo puder fazer a pavimentação dos dois trechos, que seria de fundamental importância para o desenvolvimento da nossa região. Mas, se tiver uma ordem de prioridade, tenho certeza de que toda a população de Manga e de Miravânia prefere que seja pavimentado o trecho de Manga a Miravânia, e

não de Miravânia a Cônego Marinho.

Já levamos essa reivindicação ao governo de Minas, temos cobrado do Diretor do DER e do nosso Secretário de Obras e já estivemos com o Governador Aécio Neves levando essa reivindicação. Já que teremos uma audiência pública em Manga para discutir o assunto, colocaremos na pauta também a discussão do Processo de Manga a Miravânia.

O importante de tudo isso é que estamos vencendo um capítulo muito importante nessa luta de mais de 30 anos em que as lideranças políticas da região vêm-se mobilizando para o asfaltamento desse trecho. Eu mesmo, quando Vereador em Manga, fiz diversos movimentos, audiências e protestos para que essa estrada fosse pavimentada. Agora, como Deputado eleito da região - Manga, Montalvânia, Missões, Itacarambi, Januária -, ficamos muito felizes. Primeiro, quero agradecer de coração a atuação firme do Deputado Federal Virgílio Guimarães, que consegui, junto ao governo federal, a inclusão dessa obra no PAC.

Essa certeza da obra, que já está garantida no PAC, é também a de que não faltarão recursos para a sua conclusão.

Quero aqui agradecer ao Deputado Virgílio o empenho. Ele conhece muito bem a nossa região e já foi vítima dessa estrada como tantas outras pessoas, que passaram por dificuldades. Essa estrada ficou interditada por um bom tempo, mas hoje está sendo recuperada também com recursos viabilizados pelo Deputado Federal Virgílio Guimarães, a nosso pedido. A cidade de Montalvânia chegou a ficar quase ilhada alguns anos atrás, mas a sua trafegabilidade se encontra normal. O anúncio hoje da liberação dos recursos para a sua pavimentação é motivo de muita alegria para o povo de Manga, de Montalvânia, do Sul da Bahia, de Miravânia, de Juvenília, de São João das Missões, de Januária, de Matias Cardoso e de todo o Norte de Minas.

Quero agradecer ao Presidente Lula, a todas as autoridades, ao nosso Ministro dos Transportes e ao pessoal do DNIT, que ouviu o nosso chamado. Hoje estamos dando essa boa notícia. Estaremos em Manga ainda este mês para dar a tão sonhada ordem de serviço da nossa BR-135. Ficam aqui os nossos agradecimentos a todos os que, de uma forma ou de outra, ajudaram-nos na luta por essa conquista tão importante.

Antes de finalizar este pronunciamento, aproveite para agradecer as ações anunciadas na semana passada em Montes Claros pelo governo do Estado para o combate aos efeitos da seca; ao governo federal as verbas liberadas para o Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS -; ao Presidente Lula; aos Deputados da bancada federal mineira: Virgílio Guimarães, Humberto Souto, Saraiva Felipe, Márcio Reinaldo, Jairo Ataíde; e a todos os votados na nossa região, como José Santana, que trabalharam no intuito de viabilizar recursos para o DNOCS. Estamos agora finalizando a compra de equipamentos. Além disso, faremos a perfuração de mais de 200 poços como uma medida de combate aos efeitos da seca na nossa região.

Quero agradecer o carinho da bancada mineira, que, todos os anos, como nos últimos dois anos, tem destinado uma emenda de bancada para ajudar a enfrentar os efeitos da seca na nossa região. Para 2009, temos novamente uma emenda de bancada posta inicialmente no valor de 200 milhões. Não sabemos se, no fechamento do Orçamento, ficará todo esse valor. Todavia já temos a garantia de que, no próximo ano, teremos mais uma emenda de bancada para que o DNOCS, que completa no ano que vem 100 anos de existência, brinde a nossa região com obras importantes como a construção da barragem de Congonhas, do Berizal, de Vacaria e de Calindó, no Município de Manga, para enfrentarmos, com coragem e determinação, os efeitos da seca, que, todos os anos, castiga a região Norte mineira.

Ficam aqui os nossos agradecimentos à bancada federal mineira, especialmente aos Deputados votados no Norte de Minas, que não têm medido esforços e estão sempre nos recebendo muito bem em Brasília e atendendo os nossos pedidos. Um abraço a todos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, Deputado Dimas Fabiano, grande companheiro, há alguns assuntos que me trazem hoje a esta tribuna. Como cidadão belo-horizontino, participei e estou participando desse processo criado pela atual gestão da Prefeitura de Belo Horizonte, ou seja, do Orçamento Participativo Digital.

A Prefeitura listou cinco obras necessárias para melhorar a infra-estrutura de nossa cidade, colocou-as no portal eletrônico da Prefeitura, "pbh.gov.br", e deu oportunidade aos cidadãos belo-horizontinos que votam, residentes domiciliados aqui, de escolher qual deverá ser a próxima obra a ser executada pela Prefeitura. Deputado Dimas Fabiano, são todas de suma importância para amenizar o sofrimento dos belo-horizontinos que trafegam todos os dias pelas nossas ruas e avenidas. Eu, como belo-horizontino, em especial fiz a escolha de uma. É pena que a Prefeitura não tenha tido oportunidade de se planejar e de se programar para realizar as cinco obras, que são de grande importância. A Prefeitura pediu a nós, belo-horizontinos que temos acesso à internet - aí já se exclui uma pequena parcela da população. Hoje quase todos temos condições de ter acesso à internet, mas ainda há uma parte da população que não - que escolhemos uma obra. Escolhi uma em especial, já depusitei o meu voto. É necessário que se tenha o título de eleitor em mãos para votar. Votei no Portal Sul. Votei, se não me engano, na que se refere ao nº 4, uma obra de infra-estrutura para resolver o problema do gargalo de quem vem de Nova Lima para Belo Horizonte, de quem vai daqui para Nova Lima e de quem vem do Rio de Janeiro e quer deslocar-se para Nova Lima. Seriam construídas trincheiras da MG-30 com acesso à BR-356 e desta com acesso à MG-30, nos dois sentidos, ou seja, para quem está indo para o Rio de Janeiro e para quem está vindo de lá. Já votei. Peço à população que participe desse processo. Apesar de discordar de que o OP tenha de ser apenas digital, acredito que a participação efetiva da população é importante e necessária e deveria ser feita, entre outras formas, pela internet, oferecendo condições para que a população vote também, por exemplo, na Praça Sete ou, num domingo, na entrada do Mineirão, antes de um jogo, de um evento esportivo ou cultural. Enfim, fornecendo outras maneiras para que o cidadão participe.

Este é o primeiro assunto, Sr. Presidente, que me traz à tribuna. Conclamo então os belo-horizontinos a participar da construção da nossa Belo Horizonte, da Belo Horizonte que todos queremos.

Tive a oportunidade de candidatar-me nesta cidade e, durante a campanha, tive uma experiência fantástica. Gostaria de abrir um parêntese para desejar a toda a população e ao Prefeito eleito todo o sucesso do mundo a fim de que cumpra os seus objetivos e faça da nossa Belo Horizonte a melhor cidade do País para se viver. Este era o meu objetivo como candidato e o é como cidadão. Estou à disposição do Prefeito Márcio Lacerda, sem cobrar qualquer retorno, a fim de construirmos juntos uma nova Belo Horizonte.

O segundo assunto, mais importante, também em relação a nossa cidade, diz respeito ao metrô. Nos últimos dias tenho visto o Prefeito eleito ir a Brasília para discutir e reivindicar verbas para o metrô desta cidade. Hoje vejo estampado nos jornais de maior circulação em Minas Gerais fotos do Líder da bancada mineira no Congresso Federal, Deputado Virgílio Guimarães, que dá a notícia de que Belo Horizonte poderá ser contemplada, Deputado Carlos Pimenta, com a verba de R\$200.000.000,00 para a conclusão de parte das obras da Linha 2 do metrô, que liga a região do Calafate à do Barreiro. Gostaria apenas de ponderar e deixar aqui uma sugestão ao Prefeito eleito, Márcio Lacerda. Vamos esquecer de verba do governo federal. Constatamos, de forma clara e segura, que não é prioridade do governo federal aportar recursos no metrô de Belo Horizonte. Não me cabe aqui questionar os motivos. Sabemos quais, mas não me cabe dizer aqui. Gostaria apenas de dar ao Prefeito eleito uma sugestão para que ele tenha como foco a parceria público-privada.

Ele tem de ir a Brasília encontrar-se com a Ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, com o Presidente Lula e com o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, bater na mesa e reivindicar a transferência do metrô do governo federal para uma empresa que já foi criada, a Metrominas, cuja participação majoritária é do governo estadual, mas também conta com a participação das Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem e Betim.

Falei sobre isso diversas vezes na campanha. Tive oportunidade de discutir o assunto nos debates realizados nas diversas emissoras de rádio e televisão.

A única saída para o metrô de Belo Horizonte é efetivamente a parceria com a iniciativa privada. E quando digo iniciativa privada, não me refiro à privatização dos sistema metroviário de Belo Horizonte, mas a uma concessão. Os governos federal e estadual continuariam participando, primeiramente, como agentes reguladores, para regular a relação da empresa concessionária com a população belo-horizontina, e também apontariam recursos. É assim que funciona a parceria público-privada, com aporte de recursos: grande parte deles viria da iniciativa privada, mas também do poder público, do governo federal. E aí o valor será muito menor, porque os R\$200.000.000,00 reivindicados pelo coordenador da bancada do Congresso Nacional não resolveriam o problema do metrô, e também não seriam atendidos pelo governo federal. Então, o governo federal faria um aporte menor de recursos; o governo do Estado, que terá em 2009 aproximadamente R\$11.000.000.000,00 para investir no Estado, também faria um aporte de recursos, assim como a nossa Prefeitura, mas esclareço que grande parte do valor necessário para implantação do metrô ficaria a cargo da iniciativa privada.

Deputado Dimas Fabiano, temos 140 mil passageiros que se utilizam do metrô todos os dias para ir ao trabalho e do trabalho para casa, à escola e da escola para casa. Com o aporte de R\$4.000.000.000,00, sairíamos de 140 mil passageiros ao dia e passaríamos a ter 1.200.000 passageiros ao dia.

O metrô, que hoje é deficitário, passaria a ser superavitário, o que, na verdade, faz com que os investidores tenham vontade de participar da sua construção. Deixo essa sugestão ao Prefeito Márcio Lacerda: colocar como meta a participação da iniciativa privada, por meio das PPPs, na construção do metrô. Temos uma data-limite, um "date line" para o metrô de Belo Horizonte: a Copa de 2014 já é uma realidade para todo o Brasil.

Belo Horizonte está disputando com outras Capitais e outras cidades do País a oportunidade de ser uma das sedes da Copa, mas, para isso, precisa, entre outras coisas, melhorar a sua infra-estrutura urbana. Não adianta pensarmos que o alargamento da Avenida Antônio Carlos virá para resolver o trânsito de Belo Horizonte, que não resolverá. Sabe por quê, Deputado Gilberto Abramo? Belo Horizonte é hoje a segunda cidade do País onde mais se compra carro e moto, perde apenas para São Paulo. O alargamento da Avenida Antônio Carlos, vamos ser otimistas, será concluído em aproximadamente um ano e meio ou dois anos. Daqui a três ou quatro anos, em 2012, o número de carros que trafegará pela Avenida Antônio Carlos será muito maior, o alargamento já não funcionará para 2012, e a Copa será em 2014.

Precisamos aproveitar essa oportunidade única para o Brasil e deixar para as próximas gerações de belo-horizontinos, de mineiros e brasileiros um bom legado. Não faremos isso apenas por causa da Copa. Não temos apenas de fazer graça para estrangeiro que virá aqui por um mês participar da Copa do Mundo - sejam todos bem-vindos -, mas o principal objetivo de ser sede de uma Copa é mudar a realidade da cidade, como Barcelona mudou a sua.

Barcelona, na Espanha, era uma cidade antes das Olimpíadas de 1992 e é outra depois delas. Precisamos fazer com que Belo Horizonte e o Brasil se transformem, de cidade e de País que são hoje, antes da Copa de 2014, em outra cidade e outro País depois de 2014. Isso para que futuras gerações tenham oportunidade de beneficiar-se de serviços que foram concluídos para a Copa. E o metrô é uma dessas oportunidades que temos. Precisamos fazer do metrô o principal transporte coletivo do cidadão belo-horizontino. Precisamos, Prefeito eleito Márcio Lacerda - a quem respeito e desejo todo o sucesso, como já disse - de fazer parceria com a iniciativa privada. Não conte com o governo federal. Se ficarmos a esperar recursos de emenda de bancada, da nossa bancada mineira, serem liberados pelo governo federal, vamos continuar apenas sonhando com o metrô de Belo Horizonte. A principal bandeira, a principal reivindicação do Prefeito eleito junto ao governo federal é a da estadualização para, então, termos permissão de criar a estrutura necessária para convidar a iniciativa privada a participar.

É por isso que vim hoje à tribuna, para dizer que o foco principal, o objetivo principal tem de ser a PPP. A bancada federal vem tentando trabalhar em Brasília, mas não se depende apenas da bancada federal, depende-se da boa-vontade do governo, de inúmeros Ministros, Ministérios, Secretários Executivos de Ministérios. O que precisamos é trazer para nós a responsabilidade. Existem empresas genuinamente mineiras que hoje se expandiram para fora das nossas montanhas e dos nossos limites geográficos, que já se manifestaram a favor e até se prontificaram de forma clara, abertamente, a ser participantes desse pleito, para serem as concessionárias do nosso metrô. E que fique claro para a população que a PPP, como eu bem disse, seria toda ela administrada por uma empresa do Estado juntamente com as Prefeituras de Belo Horizonte, Contagem e Betim, que seriam, na verdade, o agente regulador, imparcial, mas que não vai deixar essa empresa cobrar preços abusivos nas passagens.

Enfim, fique seguro, cidadão belo-horizontino, de que através da PPP teremos o metrô. Com a Linha 1 indo do Eldorado até o Centro Administrativo, aí precisamos expandi-la - ela hoje está na Estação Vilarinho -, fazer que a Linha 2, que liga a região do Barreiro à do Calafate, vá do Calafate à região hospitalar, nesse trecho subterrâneo; e a Linha 3, que ligará a região da Savassi à região da Pampulha. Somente com a participação efetiva da iniciativa privada conseguiremos fazer do metrô de Belo Horizonte a principal alternativa, o principal meio de transporte, de qualidade, ágil, eficiente e barato, para o cidadão belo-horizontino.

Encerrando, Sr. Presidente, quero lembrar ao governo do Estado o que já disse durante a Comissão Especial dos Aeroportos, tão bem presidida pelo Deputado Fábio Avelar, que precisamos pensar num transporte do Aeroporto de Confins até a Estação Vilarinho - pode ser também nos moldes do metrô, que seja o metrô de superfície. Precisamos fazer a ligação do principal aeroporto do Estado, por meio do nosso principal transporte coletivo, com a nossa principal cidade, a Capital do Estado.

É preciso pensar também numa parceria com a iniciativa privada, numa PPP, para construção de uma linha de metrô, ou de algo parecido, que venha para fazer a ligação do metrô da cidade de Belo Horizonte com o Aeroporto de Confins - que seja um monotrem, defendido por outros, ou que seja um trem de superfície.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente em exercício, companheiro e amigo Deputado José Henrique, quero saudar toda a nossa Assembléia, todos os Deputados, a Deputada Cecília Ferramenta, presente em Plenário, a imprensa e também, com muito carinho, toda a Minas Gerais e a nossa cidade de Governador Valadares.

Ocupo esta tribuna para registrar que comemoramos o Dia da Consciência Negra. Em nosso país essa comemoração se dá no dia 20 de novembro. Historicamente a Assembléia sempre tem-se manifestado com debates e comemorações desse dia importante para o avanço da luta contra o racismo e para a organização da comunidade negra em Minas e no País.

Queremos registrar que o que está sendo debatido esta semana pelos movimentos de luta pela causa negra passa, principalmente este ano, por três temas que compreendemos ser da maior importância. Esses temas dizem respeito à saúde, à educação e ao trabalho. Foram temas escolhidos pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas para a Igualdade Racial e especialmente pelos movimentos de luta pela igualdade e de

combate ao racismo no Brasil.

Em relação à saúde, esta Assembléia sediou uma audiência pública promovida pelo nosso mandato, juntamente com o mandato do Deputado Federal do PV, Deputado Antônio Roberto, que é relator do Estatuto da Igualdade Racial, projeto apresentado à Câmara Federal pelo Deputado Federal Paulo Paim, do PT. Nessa audiência pública debatemos a implantação de uma política de saúde voltada especialmente à população negra, com a garantia do acesso gratuito e igualitário ao SUS em todos os Municípios de Minas Gerais. Debatemos também o cuidado na implantação e participação dos conselhos municipais na igualdade negra, na definição e na participação das políticas em relação à saúde. Também em relação à educação, a iniciativa estabelece parâmetros para aplicação de ações afirmativas voltadas à população negra, como sistema de cotas raciais, políticas já adotadas por 60 instituições públicas do ensino técnico e superior em vários Estados brasileiros. Discutimos aqui no Estado de Minas Gerais, com a Secretária Vanessa, de Educação, a inclusão da disciplina História Geral da África e dos Negros Afro-Descendentes no currículo do ensino fundamental e médio público e privado no Estado de Minas Gerais. Essa foi uma das ações importantes e uma das reivindicações da comunidade negra de Minas Gerais apresentadas à Secretaria de Educação, como também a grande parte dos Municípios para que a inclusão da disciplina faça parte da luta e da política pública de educação no Estado e nos Municípios de Minas Gerais. A proposta desta semana discute de maneira prioritária o mundo do trabalho na integração com a comunidade negra. O Estatuto da Igualdade Racial valoriza o trabalho da mulher negra e principalmente dos servidores domésticos, que são majoritariamente negros neste país e neste Estado. Estimula também o turismo étnico, cria penalidades para o trabalho escravo e estimula o setor produtivo a adotar as ações afirmativas de preservação da luta negra e do combate ao racismo. De acordo com as estatísticas do IBGE, há aproximadamente 6 milhões de trabalhadoras e trabalhadores domésticos assalariados no Brasil, e 95% são mulheres. Entres essas, 76% recebem até 1 salário mínimo. Vale destacar também que 93% das mulheres são negras, apenas 27,8% possuem carteira assinada, e a maioria, 58%, tem ensino fundamental incompleto. Esse é um registro das dificuldades e do quanto precisamos avançar ainda nas políticas públicas e no movimento pela consciência da igualdade racial. Registro o avanço da Secretaria Nacional de Políticas Públicas no debate deste país. Em muitas Prefeituras, já temos implantadas políticas municipais pela promoção da igualdade. Inauguraremos também, em nossa futura gestão em Governador Valadares, na Secretaria de Desenvolvimento Social e, futuramente, promoção da igualdade, as políticas públicas para a juventude, para as mulheres e uma organização administrativa para cuidar da política afirmativa de promoção à igualdade racial. Durante dois anos, estive na coordenação da Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial. A partir de agora, deixaremos essa tarefa não somente para os novos Deputados que ingressarão nesta Casa Legislativa, mas também para as Deputadas e os Deputados que estão aqui, a fim de que possam assumir essa luta, ser parceiros e se fazer presentes numa luta tão importante de promoção da igualdade, que envolve também a luta das famílias dos ciganos, enfim, de todas as comunidades do nosso Estado. O estatuto aponta uma das lutas extremamente importantes. Hoje, no Brasil, são 3.524 comunidades remanescentes de quilombos. Em Minas Gerais, segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - Cedefes -, são 435 comunidades negras, quilombolas. Aqui, em Minas Gerais, precisamos efetivamente, com o Programa Brasil Quilombola, lançado pelo governo federal em 2004, de uma política, em parceria com o governo federal, para garantir o reconhecimento dos nossos remanescentes de quilombos, também a demarcação de suas terras, uma luta fundamental para todo o Estado. Essas comunidades hoje, mesmo com seu reconhecimento, precisam da garantia de políticas públicas. Desejamos chamar a atenção do governo de Minas para cuidar das nossas comunidades quilombolas, pois, do ponto de vista histórico, a ausência do poder público se faz essencialmente nelas. A pesquisa revela que estão entre as menos assistidas pelos poderes públicos, pois 93% delas não recebem água tratada; 82% não têm telefone público; 97% não têm nenhuma comunicação, especialmente Correios; 92% não possuem postos de saúde. Falta-lhes transporte público, e grande parte das escolas ainda não chega a essas comunidades. Outra grande luta em Minas Gerais objetiva dar visibilidade, reconhecimento e titulação às terras quilombolas localizadas no Estado.

Este é o primeiro registro que faço. Manteremos nossos compromissos, ainda que fora desta Assembléia Legislativa. Continuaremos nosso trabalho em vários Municípios de Minas. Realizaremos um trabalho regional no Vale do Rio Doce. Especialmente, trabalharemos para nossa cidade de Governador Valadares, onde assumiremos, a partir de janeiro, um trabalho direcionado às políticas públicas relativas à igualdade racial. Comemoraremos o dia 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, deixando um registro às mulheres e aos homens negros de Minas Gerais, como reconhecimento pela sua luta e pela sua coragem. Temos pressa pela implantação de políticas públicas de combate ao racismo. Concretamente, queremos deixar registrado o trabalho da Frente. Houve um significativo debate, principalmente no grande encontro que fizemos com vários Municípios de Minas, tudo a contribuir para a implementação de novas políticas, e uma delas favorecerá o Município de Governador Valadares. Quero comemorar o dia 20 com um compromisso de nossa futura administração, do PT e dos partidos que fizeram parte da Frente Valadares Merece Respeito. Refiro-me ao compromisso de implantar essa política de combate ao racismo. Espero que Barack Obama, primeiro Presidente negro da história dos Estados Unidos, contribua com seu novo governo para reduzir as desigualdades e os preconceitos. Espero que contribua de forma efetiva para a redução do racismo no mundo, especialmente do racismo, que é tão forte nos Estados Unidos. Parabenizo os Estados Unidos por terem eleito um Presidente pela sua simbologia e história. Desejo que ele crie relações novas com os países da América Latina, nunca se esquecendo do respeito aos países emergentes, como o Brasil, ao implantar políticas que garantam uma economia mais solidária e igualitária para todo o mundo.

Por fim, registro, mais uma vez, nosso compromisso com a cidade de Governador Valadares. Fomos a vários Ministérios. Voltamos novamente a conversar com o Vice-Presidente José Alencar. Há compromisso do governo Lula, em diversos Ministérios, para com Minas Gerais e, especialmente, para com Governador Valadares. Queremos para esse Município projetos e grande agenda social integrando saúde, educação, desenvolvimento social, geração de emprego e renda e promoção do verdadeiro desenvolvimento sustentável do Vale do Rio Doce. Como futura Prefeita, também quero garantir que nossa cidade seja sustentável, que o Município de Governador Valadares seja sustentável, integrando-se ao conjunto do Vale do Rio Doce. Queremos uma cidade, Deputado Carlos Pimenta, onde possamos fazer um bom governo nas áreas da saúde e da educação. Aliás, queremos um pouco mais. Queremos contribuir, assim como tem feito o Presidente Lula em nosso país, para a redução das desigualdades, para a promoção do desenvolvimento, para a garantia de possibilidades de geração de empregos, para a diminuição da pobreza, para a integração das pessoas num projeto de desenvolvimento a fim de que elas tenham mais cidadania, direitos, inclusão social e verdadeira democracia. É isso que desejamos para Valadares, para Minas e para o País. O governo do Presidente Lula, por meio dos investimentos que já estão sendo realizados, por intermédio do PAC, cujas obras serão agilizadas, possibilitará a geração de mais empregos, a implantação da nossa universidade pública, um sonho não só de Governador Valadares, mas também de todo o Vale do Rio Doce, a efetivação da nossa escola técnica federal, com aulas já previstas para o primeiro semestre. Por fim, pretendemos promover, com os partidos aliados, uma cidade sustentável, voltada para o desenvolvimento, que garanta maiores oportunidades para seus cidadãos. É preciso mudança na vida das famílias, por meio de urbanização, geração de empregos e garantia de direitos. É isso que desejo a todos. Vamos construir, com o nosso programa de governo, que é ousado, um projeto de desenvolvimento para, com programas estruturantes, mudar a vida das pessoas, viabilizar mais qualidade de vida para todos. Neste dia 20, desejo à comunidade negra e a todos os que lutam pelos ideais dos negros em Minas Gerais que consigam manter a luta e a organização, com o intuito de garantir políticas públicas. Para tanto é preciso mudar a cultura, contar com o envolvimento da sociedade na luta contra o racismo e a favor da igualdade racial, principalmente na luta contra os preconceitos. É necessário, portanto, garantir políticas públicas para todos, especialmente para os que mais precisam e para os que até hoje sofrem com preconceitos da sociedade. Um abraço a todos, especialmente àqueles que, no dia 20, farão essa comemoração. Nesta Assembléia, por meio de outros Deputados e Deputadas, daremos continuidade à Frente Parlamentar de Promoção da Igualdade Racial. Obrigada.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2008

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 8/12/2008, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais elétricos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de novembro de 2008.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.